

Governo corta verbas da ONU para retomar emissão de passaportes

O presidente Michel Temer (PMDB) sancionou nesta quarta-feira (19/7) projeto de lei que autoriza um crédito suplementar de R\$ 102,4 milhões para restabelecer a emissão de passaportes no país. Segundo o próprio governo, os recursos serão transferidos de verbas que o Brasil enviaria à Organização das Nações Unidas (ONU).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Emissão de passaportes está suspensa desde 27 de junho; apesar da sanção, ainda não há data para a entrega voltar ao normal.
Marcelo Camargo/Agência Brasil

A entrega de novos passaportes foi suspensa em 27 de junho, quando a Polícia Federal anunciou ter atingido o limite de gastos do Orçamento do ano inteiro — os recursos iniciais foram contingenciados na tentativa de cumprir a meta fiscal de 2017.

A PF continuou abrindo agendamento on-line e atendendo inscritos, sem previsão de quando os documentos ficariam prontos. Ainda não foi anunciada data para resolver o problema. Depois que a lei for publicada, o Ministério do Planejamento precisa abrir o empenho de recursos e autorizar o repasse ao Ministério da Justiça, que então destinará o dinheiro à PF.

Embora os interessados paguem taxa de R\$ 257,25 pela versão comum do passaporte, a arrecadação não vai diretamente para a Polícia Federal, mas para um fundo comum da instituição, destinado também a outras atividades.

Inicialmente, o governo havia decidido retirar recursos do Ministério da Educação, destinados a programas de alfabetização de jovens e adultos, capacitação para educação básica e estudos de graduação, pesquisa e extensão, por exemplo. Diante da repercussão negativa, decidiu usar verba prometida à ONU.

O Planalto espera que os R\$ 102,4 milhões garantam a emissão até o fim deste ano. Em média, a PF faz 8 mil atendimentos diários relacionados a passaporte, segundo a corporação. *Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa do Planalto.*

Date Created

19/07/2017